



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0330109-3

COMARCA : VARA ÚNICA DE CAPOEIRAS

APELANTE : BANCO CACIQUE S/A

ADVOGADO : RÔMULO DE SOUZA CARNEIRO – PB010389

APELADA : LINDAURA ALVES GALINDO

ADVOGADO : CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES – PE024195

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – INSTITUIÇÃO BANCÁRIA – RELAÇÃO DE CONSUMO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – DESCONTOS INDEVIDOS – NÃO CONTRATAÇÃO – MÁ-FÉ DO CONSUMIDOR NÃO COMPROVADA – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL nº 0330109-3, em que figuram como parte Apelante BANCO CACIQUE S/A e como parte Apelada LINDAURA ALVES GALINDO, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade de votos, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto da turma”*. Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

137

APELAÇÃO CÍVEL 0330109-3

COMARCA : VARA ÚNICA DE CAPOEIRAS

APELANTE : BANCO CACIQUE S/A

ADVOGADO : RÔMULO DE SOUZA CARNEIRO – PB010389

APELADA : LINDAURA ALVES GALINDO

ADVOGADO : CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES – PE024195

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra Sentença (fls. 106/110) proferida pelo MM. Juiz da Vara Única de Capoeiras, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito com Pedido de Antecipação de Tutela c/c Indenização por Danos Morais, que julgou procedente o pedido autoral, para declarar a inexistência do débito da APELADA e condenar a APELANTE ao pagamento de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, valor este devidamente corrigido e acrescido de juros de 1% ao mês, respectivamente, a partir da sentença e da citação. Ademais, condenou a APELANTE ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 20% sobre o valor da condenação.

A presente apelação tem por objetivo a reforma integral da decisão proferida pelo Juiz Singular, para afastar os pleitos formulados na exordial ou, alternativamente, reduzir o quantum arbitrado a título de dano moral.

A APELANTE, insatisfeita, aduz a legalidade do contrato firmado, face à suposta ciência inequívoca da APELADA acerca do refinanciamento.

Afirma não haver ilicitude em sua conduta e, por conseguinte, qualquer responsabilidade pelos supostos danos morais.

Contrarrrazões às fls. 124/128, objetivando o não provimento do apelo e a consequente manutenção da sentença.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 04 de *abril* de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0330109-3

COMARCA : VARA ÚNICA DE CAPOEIRAS

APELANTE : BANCO CACIQUE S/A

ADVOGADO : RÔMULO DE SOUZA CARNEIRO – PB010389

APELADA : LINDAURA ALVES GALINDO

ADVOGADO : CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES – PE024195

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO RELATOR

A questão cinge-se à licitude ou não da conduta da APELANTE em descontar valores no benefício previdenciário da APELADA e, por conseguinte, sua responsabilidade pelos supostos danos morais causados.

De início, destaco que à presente demanda se aplica o Código de Defesa do Consumidor, visto que a APELADA, nos termos dos artigos 2º e 17, se enquadra no conceito de consumidora por ser atingida por falha na prestação de serviço.

Portanto, a pretensão indenizatória do presente caso, fundada em responsabilidade civil, deve ser analisada com base na legislação consumerista e em seus dispositivos protetivos ao consumidor. E, sob esse prisma, aplica-se a tese da responsabilidade objetiva consagrada no CDC, que não admite a discussão em torno da culpa do agente provocador do prejuízo.

A partir do momento em que a instituição financeira se dispõe a explorar o mercado, fica sujeita a reparar, independentemente de culpa, os danos que vier a causar aos clientes. Portanto, sua responsabilidade prescinde de conduta culposa, satisfazendo-se apenas com o nexo de causalidade e o dano causado em decorrência de prestação de serviço.

A instituição bancária, assim, deve arcar com os ônus de seu exercício profissional, assumindo os riscos a ele inerentes, pois são oriundos da sua prática comercial lucrativa. Nesse sentido, não há que se falar em fraude por parte de terceiros nem tampouco em ciência inequívoca por parte da APELADA acerca do contrato de refinanciamento, até porque, conforme boletim de ocorrência juntado às fls. 22/23, a recorrida, tão logo que teve conhecimento do ocorrido, registrou queixa na Delegacia de Polícia, o que já ratifica a ausência de ânimo para contratar.

Não há dúvidas de que caberia ao próprio banco APELANTE comprovar a má-fé da APELADA ao proceder na contratação, ônus do qual não se desincumbiu.

Por fim, sabe-se que tais descontos têm prejudicado imensamente a APELADA, privando-a do gozo de seus benefícios e, de forma ainda mais gravosa, face à sua condição de hipossuficiência financeira.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

Assim sendo e diante dos argumentos apresentados, entendo estar clara a presença dos requisitos autorizadores da responsabilidade civil, já que houve prejuízo à APELADA oriundo de conduta ilícita por parte da APELANTE. Por conseguinte, entendo devida à APELADA uma reparação pelos danos morais sofridos, cujo montante mantenho nos termos fixados no Primeiro Grau.

À luz do exposto, **VOTO NO SENTIDO DE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

- Recife, 27/05/2014
[Assinatura]

Revistos, peço pauta.

Recife, 02 / 05 / 2014

Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor

